

A dívida e o Congresso

A posição que alguns membros do Congresso Nacional, imbuídos de sua condição de constituintes da República, começam a adotar diante da postura do ministro da Fazenda (leia-se presidente da República) favorável a negociar com os credores internacionais sem recusar o recurso ao FMI, ameaça acrescentar ingrediente novo à crise institucional que se vislumbra a cada instante. Fundados no artigo 59, inciso I do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, entendem que o Executivo não pode negociar a dívida externa sem informar o Congresso do que pretende fazer e como aspira fazê-lo. O senador Carlos Chiarelli (PFL), um dos mais árdoros defensores da tese segundo a qual não se deve aceitar o monitoramento nem qualquer tipo de ação do Fundo Monetário Internacional, já ameaça com a possibilidade de o Congresso rejeitar qualquer acordo com os credores que vier a ser concluído depois da vigência da nova Carta. E o deputado Irajá Rodrigues (PMDB) garante ter apoio de governadores de estados para emenda às Disposições Transitórias da Constituição, suspendendo o pagamento da dívida por cinco anos.

No fundo, está-se diante de bravos mosqueteiros, que parecem não se ter dado conta de que os bancos internacionais já não estão na situação de dependência do pagamento dos juros brasileiros em que se encontravam por ocasião da decretação da moratória, podendo dar-se ao luxo de aceitar qualquer bravata brasileira, seja do Congresso, seja do Executivo. Na verdade, se o Congresso vier a rejeitar acordos celebrados pelo Executivo, quem sairá perdendo será o Brasil — possivelmente não deputados e senadores, que continuarão com sua tribuna para profligar o sistema financeiro internacional, enquanto a indústria, o comércio, a agricultura e os serviços em geral sofrerão mais uma vez as consequências da estultice transformada em regra de ouro da ação política.

A incapacidade do governo Sarney em formular uma estratégia para conduzir a questão externa, depois da decretação da moratória, acabou transformando aquilo que teoricamente poderia ser uma posição de força em uma posição de fraqueza. A fanfarrice da administração Funcharo, seguida pela dificuldade de a gestão Bresser Pereira colocar a questão em termos que permitissem uma negociação dura, mas adulta, desde o início, acabou fortalecendo a posição contrária e enfraquecendo a brasileira.

Essas sucessivas demonstrações de

falta de pensamento estratégico na condução das negociações sobre a dívida externa acabaram por levar os bancos credores a começar a exercer, agora, pressão sobre o Brasil, considerando ser possível obter termos que compensem os momentos difíceis que suas diretorias passaram durante os primeiros meses da moratória. Os bancos podem exercer pressão por obra e graça da incompetência e arrogância com que se conduziu a política externa no setor da dívida. Essa soma de estultice fez que o Brasil esteja em situação difícil, especialmente por dois motivos: um, o baixo volume das reservas cambiais, que impede qualquer atitude retórica de tornar-se efetiva; outro, a premissa em que se vê o presidente Sarney de celebrar o acordo sobre a dívida, única maneira de renovar a nota promissória da credibilidade externa do País, vencida desde fevereiro do ano passado. Essa renovação é indispensável para que afluam capitais de risco e mesmo de empréstimo, que aliviarão, neste final de mandato, as pressões da economia e do "social" sobre a Presidência.

O problema, quando se vê o afã que certos grupos do Congresso colocam em ser informados de tudo, é que se por um lado têm razão — pois não se poderia admitir acordos lesivos ao interesse nacional —, por outro, é difícil definir o que seja esse interesse (quando se considera a debilidade estratégica do País) e praticamente impossível fazer a negociação diplomática em um palco iluminado. Não se negará ao Congresso Nacional o direito de ratificar tratados e acordos internacionais; o que se questiona é se, em nome desse direito, o Executivo está obrigado a tudo revelar antes de negociar — o que implicaria negar a condição mesma da negociação, que é barganhar, ceder no acessório e firmar-se no principal. A aceitar as pretensões de parte do Congresso, o Executivo deveria revelar o principal, tornando as negociações praticamente impossíveis. Agora isso, é preciso ver que os congressistas que vocalizam o desejo de o Poder Legislativo ser parte integrante das negociações (assumindo funções que normalmente são do Executivo, até mesmo nos sistemas parlamentaristas) no fundo o que não querem é que o Brasil vá ao FMI.

Não ir ao FMI tornou-se a reação pavloviana de quantos imaginam ser fácil conduzir uma política externa no campo da dívida; com certeza, julgam que bastará ao Brasil dizer *não quero*, ter o apoio (retórico) de alguns senadores e deputados norte-americanos (afora o de ilustres professores estadunidenses) para que os

bancos emprestem ao Brasil o dinheiro necessário para pagar os juros e forneçam mais dinheiro novo, como forma de manifestar seu agrado por haver o Brasil se disposto a aceitar a espórtula correspondente aos juros. Querem, no fundo, tomar emprestado, não pagar, receber um extra para pagamento dos juros e ainda ter o direito de insultar os "imperialistas".

A culpa pela fraqueza da posição brasileira cabe sem dúvida ao Executivo, que sem considerar a relação de poder entre as nações decidiu tratar a questão da dívida externa como se fosse uma questão de *vendetta* entre famílias. O que se viu foi que de fato era uma questão de *vendetta* — com a diferença, que só agora o presidente Sarney percebeu, que a *famiglia* mais fraca era o Brasil... Não é por isso, no entanto, que o Congresso, que até incentivou a bravata e a pessorência, pode criar obstáculos à delegação brasileira. Sem dúvida, haverá posições divergentes entre o governo brasileiro (premido pela necessidade de receber dinheiro do Exterior e pela fraqueza de não ter reservas), e a maioria seria do Congresso. O que não se pode é ver alguns membros do Congresso, movidos pelo desejo de "fritar" o sr. Mailson da Nóbrega antes que o presidente dele se desembarace, gritar seu desacordo com aquilo que não sabem o que é, a ponto de levar os interlocutores do lado de lá a se perguntar que respaldo político pode ter o ministro da Fazenda, e o presidente do Banco Central, que é seu delegado e também do presidente da República.

O princípio fundamental das negociações internacionais é o sigilo. A boa praxe democrática apontaria no sentido de um representante do Congresso estar presente como observador (ou mais do que isso) na delegação brasileira que negociará a dívida. O problema, porém, é saber quem representará *com autoridade* o Congresso, sabendo-se como se sabe que ninguém hoje pode falar em nome dos partidos, quando mais do Congresso. As críticas que começam a ser feitas à negociação da dívida externa no fundo exprimem a discrepância maior existente entre boa parte do Congresso e o presidente Sarney. A solução para essa crise, que afeta o Estado brasileiro e não apenas o governo Sarney, seria apressar a realização das eleições — e também do Congresso — para que o futuro presidente contasse com uma maioria que, sem ser servil, não pretendesse estabelecer no campo das relações internacionais um regime de convenção.